

A Luta pela Moradia Popular na Zona Portuária do Rio de Janeiro:

ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-megaeventos esportivos

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna*

Luciana Alencar Ximenes**

Resumo

O artigo tem como proposta uma reflexão sobre os conflitos sociais em torno da produção do espaço urbano. Seu foco é a luta pela moradia, enquanto ações diretas dos movimentos sociais urbanos materializada nas ocupações para fins de moradia na zona portuária do Rio de Janeiro, removidas em decorrência da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, dotada de forte legitimidade graças à recepção dos megaeventos esportivos, para os quais a cidade deveria se transformar em um cenário urbano renovado de grande atratividade e competitividade do capitalismo global. O efeito perverso desta prática materializa-se no processo de remoções das ocupações da antiga área portuária, objeto da presente reflexão, desarticulando um conjunto de territorializações geradas pelos movimentos sociais em luta por moradia neste espaço. Entende-se a questão da moradia como geradora de conflitos de interesses. Por um lado, a demanda latente pela permanência e melhoria das condições de habitação das classes populares na zona portuária, por outro, a atuação da Operação Porto Maravilha, pautada pelos interesses do grande capital na renovação e sofisticação da área portuária e na atração de novos moradores, a partir dos novos empreendimentos habitacionais. As ocupações ali existentes constituíam um sério obstáculo a tais intenções. O presente recorte busca avaliar os impactos socioespaciais desta prática de remoções de ocupações, no momento da implementação do Projeto Porto Maravilha, bem como, em momento posterior à realização dos Megaeventos Esportivos.

* Maria Josefina Gabriel Sant'Anna é professora associada e pesquisadora Pro-cientista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ). E-mail: maseanna@gmail.com.

** Luciana Alencar Ximenes é especialista em Sociologia Urbana pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (ICS/UERJ) e mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles. E-mail: lualencarximenes@gmail.com.

Palavras-chave

Ocupações, Rio de Janeiro, Porto Maravilha.

Abstract

This article proposes a reflection on the urban social conflicts regarding the providing of urban space. The focus is on the struggle for housing as direct actions from urban social movements materialized in the occupations with the intention of living in Rio de Janeiro's port area and removed because of the Porto Maravilha Consorted Urban Operation, endowed with a strong legitimacy thanks to mega sporting events, for which the city would transform itself in a renewed urban scenery of global capitalism's great attractiveness and competitiveness. The perverse effect of this practice materializes itself in the process of removing occupations in the former port area, the object of the existing reflection, disarticulating a group of territorialities created by social movements which fought for housing in this space. The issue of housing is extended as something that generates conflicts of interest. On one hand, the latent demand for permanence and improvement of habitation conditions for popular classes in the port area, on the other, the action of the Porto Maravilha Operation, based on the great capital interest to renew and sophisticate the port area to attract new dwellers with new habitational developments. The occupations that existed there were a serious obstacle to those intentions. The existing picture intends to evaluate the socio-spatial impacts caused by the practice of removing occupations, when the Porto Maravilha Project was implemented, as well as the moment after the Mega Sporting Events took place.

Keywords

Occupations. Rio de Janeiro. Porto Maravilha.

Apresentação

A produção do espaço urbano, se guiada unicamente pela lógica de acumulação do capital, gera um crescimento urbano excludente, com um espaço social profundamente desigual, marcado pela segregação. Uma das evidências desse processo é observada no acesso restrito à moradia de grande parte da população brasileira.

Inserida nessa realidade, a cidade do Rio de Janeiro “é marcada por um contexto de produção habitacional, inclusive a de interesse social, que reafirma o privilégio aos setores empresariais, sendo o poder público não mais protagonista, mas sim mediador e viabilizador destes interesses”

(CARDOSO et al., 2013, p.143).

Se, por um lado, a incipiente produção de moradias de interesse social sofre com o grave problema da inserção periférica, por outro, a produção privada da moradia atende às demandas por valorização do capital, que não dialogam com o baixo poder aquisitivo das classes populares. Assim, a solução da moradia permanece em aberto diante do dilema de que, de um jeito ou de outro, é preciso morar.

Neste sentido, a habitação tem representado não somente uma demanda objetiva das classes populares, mas também um elemento agregador de estratégias de resistência dos movimentos sociais na disputa por uma cidade mais justa e democrática, como alternativa ao projeto neoliberal que exacerba a condição da cidade como mercadoria (MARTINS, 2016).

Uma reflexão sobre essas questões está nos propósitos do presente artigo, que focaliza os conflitos sociais em torno da produção do espaço urbano. Seu ponto é a luta pela moradia, enquanto ações diretas dos movimentos sociais urbanos, materializadas nas ocupações para fins de moradia na zona portuária do Rio de Janeiro, removidas no contexto de implantação do Projeto Porto Maravilha.

Este Projeto, que se institucionaliza por meio de uma Operação Urbana Consorciada¹ (OUC), é dotado de forte legitimidade graças à recepção dos megaeventos esportivos², para os quais a cidade deveria se transformar em um cenário urbano renovado de grande atratividade e competitividade

¹ No Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), o instrumento da Operação Urbana Consorciada se apresenta como uma possibilidade de intervenção do Poder Público em parceria com o setor privado em uma área específica da cidade a fim de aprimorar a sua estrutura urbana, possibilitando a recuperação de mais-valia urbana e sendo capaz de promover a reparação de injustiças da produção do espaço urbano. No campo do planejamento urbano, este instrumento vem sendo recorrentemente apontado como de grande potencial na recuperação de áreas centrais com imóveis vazios. Entretanto, tem-se hoje uma crítica consolidada na literatura nacional sobre o papel das experiências de aplicações deste instrumento no aprofundamento da segregação urbana e seu alinhamento aos princípios da acumulação do capital pelos grandes agentes definidores da produção do espaço urbano.

² Na última década, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser sede de grandes eventos internacionais, especialmente de temática esportiva, dos quais temos como principais exemplos: os Jogos Pan- Americanos de 2007, os Jogos Militares em 2011, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. A realização destes eventos, em especial aqueles articulados em conjunto com a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA17) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), foi utilizada como justificativa para a realização de um leque de grandes projetos urbanos na cidade.

do capitalismo global. Momento propício aos interesses do grande capital, com intervenções urbanísticas catalisadoras de investimentos e de ganhos para os principais agentes produtores do espaço urbano carioca.

O efeito perverso dessa dinâmica mostra-se no processo de remoções das ocupações da antiga área portuária, promovendo a desarticulação de um conjunto de territorializações geradas pelos movimentos sociais em luta por moradia neste espaço, com o aprofundamento da segregação urbana e violentas violações do direito à moradia. Tal recorte busca avaliar os impactos socioespaciais desta prática de remoções de ocupações da operação Porto Maravilha, tanto no momento de sua implantação, quanto no contexto posterior à realização dos megaeventos esportivos.

Percebidas aqui como soluções de moradia das classes populares promovidas pelos sem-teto³, as ocupações lançam luz sobre os estigmas construídos para esta população e suas soluções de moradia, que reforçam a exclusão socioespacial e encobrem sua dimensão de luta política e seus longos processos de organização, densos de discussões e marcado, no decurso dessa luta, pelo ideal de construção de novas formas de sociabilidade.

Breve perspectiva da evolução urbana da zona portuária e o seu uso habitacional

A atual requalificação da zona portuária, nomeada Porto Maravilha, não é a primeira grande reforma experienciada pela cidade do Rio de Janeiro. Como se sabe, no início do século XX a cidade passou por dois episódios de reforma urbana de grande vulto: a modernização do Porto, de iniciativa federal, e a Reforma Pereira Passos, planejada pela prefeitura municipal e coordenada pelo então prefeito que emprestou seu nome à Reforma. Algumas similaridades demarcam ambas as ações de reformulação urbana, em especial quanto a seus impactos socioespaciais, com a exclusão dos moradores de seus espaços e seu deslocamento para áreas periféricas nas quais têm que recomeçar suas vidas em situações muito desfavoráveis (SANT'ANNA, GONÇALVES, 2015).

³ Para fins de análise, propomos aqui a adoção de uma visão ampliada do conceito de sem-teto, não restrito àqueles que vivem em situação de rua, mas extensivo à toda população em situação de vulnerabilidade habitacional.

A região hoje conhecida como zona portuária da cidade do Rio de Janeiro mostra-se já no início do Século XIX como área de grande importância econômica, com intensa atividade de trabalho graças ao seu crescente destaque nacional no escoamento de produtos através de seu porto. Meio século mais tarde, este já era o porto mais importante do país, entretanto, apresentava diversas inadequações em sua estrutura que não se limitavam ao cais, extrapolando para a malha urbana do entorno - ainda inadequada para o grande fluxo de mercadorias e pessoas.

A área portuária chega ao século XX marcada por profundas transformações em sua estrutura fundiária e em seu mercado imobiliário, com a valorização do uso do solo para fins comerciais, fabris e portuários, e sua desvalorização como espaço de uso residencial, abrindo espaço para a ocupação pelas classes populares, dando origem às primeiras habitações coletivas da cidade (SILVA et al., 2012, in VAZ et al., 2012). Ao mesclar as atividades de trabalho e habitação popular, a zona portuária tem reforçada a sua imagem como área insalubre, foco de doenças, local da pobreza e da insubordinação. Episódios como a remoção dos moradores do cortiço Cabeça de Porco⁴ e a Revolta da Vacina⁵, ilustram os conflitos sociais latentes nesta área da cidade.

Com o chamado "bota abaixo" (demolições de cortiços, casas de cômodos, casas, casebres etc.), a Reforma Pereira Passos obrigou a população sumariamente expulsa do cortiço Cabeça de Porco e de outras moradias a buscar abrigo nos morros mais próximos, como o Morro da Providência, ou a deslocarem-se para os subúrbios seguindo os eixos ferroviários. Daí o entendimento do cortiço como o "germe" da favela, "a partir da ligação direta entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX" (VALLADARES, 2005, p. 24).

Mais tarde, em meados do século XX, a zona portuária é abalada

⁴ Esse foi o mais famoso cortiço carioca, localizado na rua Barão de São Felix, que abrigava uma enorme quantidade de moradores (estudos apontam de 2000 a 4000 moradores). Foi violentamente destruído pelo poder público municipal, no ano de 1893, junto a empresários que posteriormente tornaram-se figuras ativas nas grandes reformas urbanas do Rio de Janeiro.

⁵ Manifestação popular contra as ações realizadas na campanha de saneamento de 1907, sob a direção de Oswaldo Cruz durante o governo de Pereira Passos. Contra as resistências populares, Oswaldo Cruz levou a diante a obrigatoriedade da vacinação de combate às epidemias de febre amarela, varíola e peste; além de demolições de grandes áreas que se juntaram às ações de modernização do porto e à reforma urbana de Pereira Passos.

pelas grandes intervenções de mobilidade urbana em seu entorno, com a abertura da Avenida Presidente Vargas (um grande corte na malha urbana) e a construção do Elevado da Perimetral, que impactaram diretamente suas conexões com o restante da cidade. Estas intervenções urbanas foram contemporâneas à modernização dos processos tecnológicos que tornaram inadequada a antiga estrutura portuária, esvaziando a principal função econômica desta região, com a expansão da atividade portuária para o bairro do Caju na década de 1960 e posteriormente para o novo porto de Sepetiba.

Como resultado, agrava-se a condição de declínio da região portuária ao longo do século XX que, espacialmente isolada do restante da cidade, afasta-se de seus grandes fluxos. A inexistência de grandes obras urbanas de melhoria na zona portuária contrapõe-se à atuação do dinâmico vetor imobiliário que seguia na direção sul da cidade, valorizando-a rapidamente. Reforça-se assim a imagem do Porto como local de abandono, do mesmo modo que se aviva o estigma sobre seus moradores.

A zona portuária chega ao final do século XX pouco atrativa para os grandes agentes do mercado imobiliário, abrigando um grande estoque de imóveis vazios, condição esta que, somada a uma conjuntura política específica, possibilitou às classes populares a ocupação destes espaços para fins de moradia.

Esta breve análise da evolução urbana da área portuária carioca visa introduzir uma reflexão sob a ótica da produção capitalista do espaço. Na obra de David Harvey, estruturas a serem utilizadas no processo produtivo como capital fixo e bens de consumo compartilham linhas de análise voltadas para a produção capitalista do espaço, sendo ambas as categorias utilizadas pelo autor para pensar o ambiente construído. A definição de um elemento do ambiente construído como capital fixo ou bem de consumo baseia-se estritamente no uso que lhe é dado, considerando sua inserção nos circuitos do capital. Ferrovias e rodovias, ao serem utilizadas para o transporte de mercadoria caracterizam-se como elementos de capital fixo (assim como máquinas que compõem linhas de montagens)⁶; entretanto, no

⁶ Harvey parte da formulação de Marx quando este declara que o deslocamento do produto ao mercado é parte do processo de produção. Assim, Harvey e Marx consideram a indústria do transporte como produtora de valor. Ela tem como seu produto a “mudança de localização”. Ao considerarmos esta formulação podemos compreender a similaridade entre rodovias e máquinas industriais no sistema produtivo em vigor.

momento em que a rodovia é utilizada para o deslocamento da população, ela passa a ser entendida como um bem de consumo (HARVEY, 2013, p.318). Aqui é possível analisar os processos de renovação e transformação da zona portuária por meio do papel significativo do porto enquanto estrutura de capital fixo, que tem especificidades quanto à formação e circulação, derivadas de sua condição de larga escala, grande durabilidade e por ter a localização como atributo essencial. Ainda que a grande durabilidade das suas estruturas seja desejável ao capitalista por reduzir custos com a renovação de itens, a longa extensão no tempo também acresce o risco à desvalorização por mudanças tecnológicas que possam surgir e, em alguns casos, há processos de desinvestimento (HARVEY, 2013, p. 305).

Como visto, é o uso que atribui a uma grande estrutura urbana o papel de capital fixo na produção capitalista. Nos casos em que estas estruturas sofrem com processos de desvalorização e perdem seu valor de uso diante de inovações tecnológicas - como aquelas que inviabilizaram a continuidade das atividades portuárias na região central da cidade do Rio de Janeiro - elas perdem seu papel de capital fixo e tornam-se disponíveis para serem ressignificadas no espaço urbano. Em alguns casos, estas estruturas já destituídas de seu uso original passam por processos de depreciação, que por sua condição de capital fixo imóvel, também se estende ao seu entorno como uma externalidade negativa.

Como colocado por Claval (2013, p. 8) a reintrodução da dimensão espacial na teoria marxista proposta por Harvey favorece a leitura sobre o capital fixo. Se, em um primeiro momento, as estruturas de capital fixo são essenciais para a mobilidade do capital (superando barreiras espaciais e agregando valor às mercadorias que serão colocadas em circulação), em um segundo momento, revoluções tecnológicas podem colocá-las como novas barreiras às atividades capitalistas.

A breve pontuação crítica sobre a produção do ambiente construído, acima delineada, ajuda-nos a iluminar os processos de transformações da zona portuária do Rio de Janeiro, revelando as interações entre as mudanças tecnológicas na atividade portuária, e o processo de desvalorização e desinvestimento desta área, e mais à frente, o profundo reordenamento do espaço urbano proposto por meio da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.

Projeto Porto Maravilha e sua inserção no modelo do Planejamento Estratégico

Nas últimas décadas, as cidades têm sido pensadas e produzidas com vistas à ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização, notadamente por meio da adequação de suas formas de gestão e produção de seus espaços (SANCHES, et al., 2004), assumindo um protagonismo inédito; reconquistam autonomia e importância, ganhando crescente presença na cena mundial, e competem de forma acirrada entre si. Para alcançar estes objetivos, o Planejamento Estratégico vem sendo recorrentemente adotado por grandes cidades. As estratégias de marketing aplicadas à criação de imagens e significados urbanos integram a gestão urbana proposta por este novo modelo adotado. Nele, a cidade tem seus pontos positivos ressaltados e os potenciais latentes intensamente trabalhados, vislumbrando uma imagem simbólica da cidade de “patriotismo cívico”. (ZANATTA, XIMENES, 2016).

Originária dos países centrais, essa proposta é adotada no Brasil nos anos 1990, somando-se às grandes referências de planejamento urbano até então existentes no país. A cidade do Rio de Janeiro adota o modelo do Planejamento Estratégico, referido a partir de agora como PE, na primeira gestão de Cesar Maia (1993-1997), com o Plano Estratégico da Cidade elaborado por consultores que traziam no portfólio a experiência da remodelação de Barcelona. Desde então a cidade tem sido sede de grandes eventos internacionais, especialmente de temática esportiva.

O PE, em seu discurso, toma a cidade como um ator, omitindo o caráter da cidade como arena de conflitos. Nele a exposição dos conflitos sociais é indesejada, pois prejudica a almejada competitividade da cidade. Entretanto, este modelo de planejamento urbano necessita de uma série de adaptações para sua implantação em face dos limites impostos pela formação social brasileira - como a questão da moradia e do acesso restrito à terra. O consenso desejado só é possível de ser alcançado em conjunturas específicas, por meio do silenciamento dos conflitos existentes e na imposição do discurso hegemônico de produção e acumulação de capital.

O Projeto Porto Maravilha aparece como caso emblemático de aplicação deste modelo de planejamento no Brasil. A escolha desta área da cidade alinha-se à necessidade de produção imagética deste modelo, que almeja a construção de paisagens a serem consumidas, com espaços espetacularizados. Nele, os espaços que trazem consigo traços

da “identidade” da cidade (como centros históricos, monumentos, orlas, dentre outros), são privilegiados para receberem grandes investimentos, visando a devida exploração de suas potencialidades.

As transformações na forma de ocupação desta área foram viabilizadas por meio da aplicação do instrumento da Operação Urbana Consorciada. Com esta OUC são instituídos novos parâmetros urbanísticos que adicionam potencial construtivo a esta região que, de pequenos prédios baixos, passa a abrigar grandes torres. Os novos parâmetros estabelecidos na legislação visam a adequação da área a seu papel de abrigar novos edifícios para compor o “skyline” desejado para a cidade, considerando-se as estratégias de branding do Projeto, assim como para delinear novos usos e usuários para esta área.

Para adquirir o direito de construir acrescido ao seu lote, o investidor deve comprar títulos denominados CEPACs⁷, cujo lucro da venda é apontado como fonte de financiamento do Projeto. Entretanto, um arranjo financeiro diferenciado oferece singularidade ao Porto Maravilha, em face às demais OUC em andamento no país. No leilão de CEPACs realizado em 2011, ao invés de compras por investidores diversificados para aplicação em determinados terrenos de interesse para implantação de novos empreendimentos, todo o volume disponível de CEPACs foi arrematado em um único lote pela Caixa Econômica Federal por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que assumiu o compromisso de arcar com o investimento de 8 bilhões de reais ao longo de 15 anos e, como recompensa pelo risco assumido, obteve a preferência na compra de terrenos públicos na área.

Para além desta estrutura financeira, merece especial atenção a existência de uma coalisão e de um alinhamento político entre as esferas do governo, federal e municipal, em torno da realização deste Projeto, dadas suas consequências na cidade. Como debatido por autores importantes no campo da discussão crítica à produção do espaço, entre os quais Fix (2009), a combinação entre fundos públicos e grandes volumes de capital trouxe

⁷ Nas OUC é possível instituir-se o direito de construir para além das restrições da lei de zoneamento em vigor no município, por meio da outorga onerosa. O Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), de maneira simplificada, define-se como títulos deste direito a serem negociados em leilões para empreendedores, emitidos pela administração pública e vinculados à área da OUC.

uma grande mudança no padrão de urbanização brasileiro nas últimas décadas, com a possibilidade do ganho em escala, a pulverização dos riscos, o distanciamento do espaço da tomada de decisão dos territórios e a busca exclusiva por grandes lucros utilizando-se como estratégia a especulação imobiliária.

Diante de todo seu conjunto de ações, o Projeto cria um cenário especulativo e fragmentado, sendo difícil antecipar suas consequências diretas para a paisagem urbana em construção. Nos últimos anos, as obras urbanas previstas pela OUC seguiram o ritmo imposto pela eminência dos megaeventos esportivos, porém não acompanhados pelos investimentos privados em edificações. Apesar das grandes expectativas criadas, poucos edifícios novos surgiram, especialmente os de uso habitacional, contrapondo-se à diretriz de adensamento populacional do Projeto Porto Maravilha e, igualmente, a algumas das principais justificativas colocadas na Lei de criação deste Projeto: a garantia do direito à moradia e a promoção de habitação de interesse social.

Para os moradores da zona portuária, as obras têm impactado diretamente seu cotidiano, elevando o custo de vida e, em alguns casos, promovendo remoções diretas por meio das intervenções do poder público municipal, seguindo os grandes vetores de deslocamentos forçados que partem das áreas centrais, da zona sul e norte da cidade, para as suas áreas mais periféricas, especialmente a zona oeste. Pela ausência de propostas significativas de produção de moradias de interesse social e pelo perfil dos empreendimentos promovidos pela iniciativa privada evidencia-se que as novas unidades habitacionais na região portuária têm como foco a população de classe média e média alta. Em seus estudos, Sant'Anna e Pio (2014) ressaltam que estas novas moradias são previstas em um cenário de ausência de políticas de manutenção da população já residente, em sua maioria de classes populares, e que as diretrizes para a provisão habitacional de interesse social apresentadas pelo Projeto são vagas e possuem pouca concretude, em contraste com as intervenções que visam a valorização do capital privado investido.

Entende-se aqui a questão da moradia como importante arena de conflitos de interesses. Por um lado, a demanda latente pela permanência e melhoria das condições de habitação dos moradores da zona portuária, contrapondo-se aos objetivos do Projeto Porto Maravilha, pautados na geração de lucros, e na atração de novos moradores a partir de novos empreendimentos habitacionais.

Ocupações como soluções de moradia popular na Zona Portuária

A “nova ordem” colocada pelas ocupações de sem-teto nos centros urbanos inverte a lógica do capital e prioriza o uso em detrimento da acumulação, a justiça social em detrimento da justiça oficial, o direito em detrimento do Direito. (RAMOS, 2010, p.25)

As ocupações de vazios urbanos que se organizam em torno de um projeto político para atender à demanda por moradia popular, são ações de resistência que, ao promoverem a territorialização de espaços estratégicos da cidade, configuram também novos domínios políticos. Suas discussões sobre estratégias políticas de luta conduziram à eleição da área central da cidade como espaço prioritário de ocupação, devido ao seu forte caráter simbólico de disputa, concentrando em torno de si grandes tensões e diversas dimensões. Tal prioridade coaduna-se com o grande número de imóveis vagos nesta área, em sua maioria, de propriedade pública (especialmente da União). As ocupações são tentativas de soluções de moradia popular, que atravessam longos períodos de resistência em face do crescimento urbano excludente, desde as disputas materiais que se dão nas formas de apropriação da cidade até as disputas simbólicas que dizem respeito às interações e representações.

Destaca-se que esta solução de moradia ganhou respaldo inédito junto ao poder público federal durante o período de governo petista, tendo como marco o discurso de Lula enquanto Presidente da República em apoio à ocupação de prédios vazios para fins de moradia popular. Neste contexto, instala-se em 2004 a primeira ocupação na zona portuária carioca promovida por movimentos sociais organizados. Um antigo prédio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), próximo à estação Central do Brasil, foi escolhido como novo local de moradia por este grupo. Neste processo, os movimentos tinham a “preocupação cotidiana com a articulação e a formação política do dia-a-dia das ocupações e [...] a importância da pressão, negociação e articulação política sobre várias entidades (inclusive governamentais) e em várias escalas de acordo com o interesse da ocupação” (GRANDI, 2010, p. 161).

A localização desta Ocupação apresenta um dado curioso, que realça a histórica luta das classes populares pela sua permanência nestas áreas. A ocupação deu-se em um edifício muito próximo ao lugar que, no passado, abrigou o cortiço Cabeça de Porco, um marco da presença e remoção forçada dos pobres no centro do Rio de Janeiro. Como colocado por Grandi,

essa coincidência espacial não se dá ao acaso, mas “reforça o fato de tal área da cidade ser, há tempos, um recorte espacial da cidade em disputa (de forma muitas vezes violenta) por diferentes agentes modeladores do espaço urbano” (GRANDI, 2010, p. 189).

A experiência adquirida com essa primeira ocupação, somada à grande demanda por moradia, levaram ao surgimento de diversas outras ocupações que compartilharam de um mesmo momento político, participaram ativamente da história umas das outras e acumularam experiências de luta diante das constantes ameaças de remoções sob o discurso da ilegalidade da posse, da má influência para o entorno ou do uso pouco adequado à região. Dentre elas podemos destacar: Ocupação Zumbi dos Palmares (2005) em um prédio do INSS vazio há mais de 10 anos e Ocupação Quilombo das Guerreiras (2006) que se estabilizou em um prédio da Companhia DOCAS do Rio de Janeiro próximo ao principal terminal rodoviário da cidade, seguidas pela Ocupação Flor do Asfalto em 2006, a Ocupação Carlos Marighela em 2007, as Ocupações Nelson Mandela e Ocupação Manuel Congo também 2007, e a Ocupação Machado de Assis em 2008.

Com a implementação do Programa Porto Maravilha e a proximidade dos grandes eventos internacionais sediados no Rio de Janeiro, as pressões contra as ocupações cresceram, e o poder público iniciou uma “onda de remoções” forçadas, com o despejo da Ocupação Machado de Assis em 2012, Ocupação Zumbi dos Palmares em 2011, Ocupação Carlos Marighela em 2011, Ocupação Casarão Azul em 2009. Neste momento, novamente as engrenagens da segregação urbana agiram diante da ação conjunta do Estado com o capital privado em prol da valorização do capital, levando a população pobre para as periferias urbanas. Como colocado por Sant’Anna e Pio, “Para aqueles que hoje estão ou estiveram na área, como moradores ou trabalhadores com seu próprio pequeno negócio, o destino é a remoção (...). No modelo ideal do marketing urbano, a população pobre que vive hoje ali (ou que vivia, porque muitos já foram removidos ou desocuparam os imóveis que haviam ocupado) deve deixar o lugar” (SANT’ANNA; PIO, 2014, p. 113).

A “onda de remoções” e as resistências pela autogestão

Na cidade do Rio de Janeiro dos megaeventos esportivos, as remoções forçadas transcorreram sempre de forma conflituosa e violenta descortinando uma política pública a serviço de um projeto de cidade em

que o direito à moradia não faz parte da agenda, além de redefinir para pior o lugar dos pobres no espaço urbano, agravando suas condições de vida e afetando suas redes de relações sociais, aprofundando a periferização e a segregação socioespacial (SANT'ANNA; GONÇALVES, 2015).

As remoções forçadas intensificaram-se nas duas gestões do prefeito Eduardo Paes (2009/2017), marcadas fortemente pela ideologia neoliberal. Neste contexto as ocupações da zona portuária, identificadas como contestação política às formas tradicionais de acesso à terra e à moradia, foram despejadas em nome do Projeto Porto Maravilha e com o aporte do Programa Minha Casa Minha Vida para reassentamentos em conjuntos habitacionais nas periferias da cidade.

Nas ações de remoção, as instituições de repressão são protagonistas. Polícia, justiça e órgãos do governo municipal agem respaldados por legislações como o Decreto 30.398/2009. Este ato, tomado ainda no primeiro mês da gestão municipal de Eduardo Paes, estabelece que a Secretaria de Ordem Pública faça as demolições das edificações e construções sob risco de desabamento e irregulares, considerando inadiável a tomada de providências em relação aos edifícios que julguem oferecer risco de vida aos cidadãos. Com isso, desloca a questão da necessidade habitacional para o âmbito do controle social, exercido por esta Secretaria, e dá celeridade às ações de remoção, reduzindo os espaços para diálogos e negociações.

A tensão nestas ações de remoção é agravada no caso das ocupações na zona portuária pela predominância dos grandes edifícios vazios pertencentes à União, que acumulam diversas complicações no registro legal dos imóveis. Ainda que a esfera federal seja de mais fácil diálogo com os movimentos sociais protagonistas das ocupações, os encaminhamentos jurídicos destes processos são complexos, exigem dedicação e agravam-se com a opacidade dos trâmites burocráticos.

O filme de Vladimir Seixas, “Atrás da Porta”, documenta os métodos autoritários e violentos do poder público contra as ocupações Casarão Azul, Flor do Asfalto, Guerreiros do 234, Guerreiros do 510, Machado de Assis e Zumbi dos Palmares. A fala de um Defensor Público no Rio de Janeiro destaca a violação do direito à informação e o uso da violência policial nestes processos, alertando tanto para a não notificação prévia da data exata do despejo e da demolição, como para a ausência de publicidade do procedimento administrativo que está na origem da ordem de demolição e da forma truculenta do despejo. Nas suas palavras, “são ações com uma lógica comum, não são ações isoladas fruto de uma ação desastrosa de uma

autoridade pública ou funcionário público, mas, sim ações presentes hoje na lógica de ação mais ampla do município” (MENDES, 2010).

As ações truculentas de despejo ganham especificidades nas ocupações da zona portuária que em sua maioria ocorrem em edifícios verticais. Para proteção dos moradores, é comum às ocupações da zona portuária a definição de uma área específica de acesso ao prédio como “portaria”, especialmente dedicada à segurança da ocupação. Os moradores se organizam com base em uma escala para fazer funcionar a “portaria” por eles implantada.

No momento da remoção, o espaço da portaria torna-se o ponto de maior confronto, contra a qual as forças policiais empenham maior força. Rompida essa barreira, o despejo é realizado rapidamente. Esta imagem impactante da força policial contra a frágil estrutura de segurança da “portaria” das ocupações dá nome ao denso documentário de Vladimir Seixas: “Atrás da porta”.

No ato do despejo há uma profunda violação à dimensão de abrigo que a ocupação comporta, enquanto coletivo denso. O poder público desconsidera os vínculos do indivíduo com seu o território, suas redes sociais já existentes, e sua participação em um movimento social mais amplo. O trato direto do poder público com cada morador, deslegitimando o coletivo de moradores, é frequentemente denunciado como uma estratégia de fragilizar a mobilização e agilizar o despejo, “Tudo pra desestabilizar, tudo pra enfraquecer a união”⁸ (COSTA, 2016).

Estas violações acontecem igualmente nas propostas de “alternativas habitacionais” apresentadas aos moradores. Em todos os casos levantados foram ofertadas aos moradores “alternativas” que os levariam para distante de seu local de origem e em condições piores de moradia, sem qualquer possibilidade de permanência das famílias no local ou em seu entorno. A forma perversa como essa “negociação” tem sido realizada na cidade do Rio de Janeiro é expressa na fala a seguir:

⁸ Trecho da fala de Francis da Costa, líder comunitária da favela Metrô no episódio “Remoções” da série “Contagem Regressiva”, realizada pela Justiça Global e Couro de Rato, com direção executiva de Vladimir Seixas e direção de Luis Carlos de Alencar. Nela são relatadas as violações de direitos humanos que marcaram o processo de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos. A minissérie divide-se em quatro capítulos: Remoções, Controle Urbano, Zona Portuária e Mobilidade. Disponível em: www.couroderato.com.br/contagem.regressiva/

A gente também não gosta de viver em lugares feios. A primeira reunião que eu tive com Eduardo Paes eu falei pra ele ‘Vamos então melhorar a comunidade. Porque não melhorar a comunidade. (...) Então falei isso pra ele: ‘Não precisa ter que tirar a gente de lá. Pode melhorar. A gente tá fazendo feio? Vamos melhorar!’ Ele falou na minha cara ‘Eu quero aquilo ali limpo!’. Quer dizer, nós éramos o sujo ali. Aí eu fui e falei: ‘Então você tá chamando a gente de sujo?’, ele só olhou pra mim: ‘Eu quero limpo!’.⁹ (COSTA, 2016).

No caso das ocupações da Rua do Livramento e da Machado de Assis, despejadas respectivamente em 2010 e 2012, a única alternativa de reassentamento oferecida foi o conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará, bairro distante 45km da zona portuária. Já aos moradores da ocupação Carlos Marighela, despejados em 2011, foi proposto o deslocamento das famílias para os abrigos localizados na Ilha do Governador ou em Paciência, ambos também bairros muito distantes do antigo local de moradia.

Por vezes, além do reassentamento, outras opções são propostas como a indenização calculada com base nas benfeitorias, a aquisição assistida e o auxílio aluguel, este último sendo o mais comum nesta “onda de remoções”. Aos moradores da ocupação Machado de Assis que não aceitaram a mudança para o bairro de Senador Camará, restaram as opções de receber a indenização em dinheiro, com valores que variavam de cinco a vinte mil reais, ou o auxílio aluguel (comumente chamado de “aluguel social”), no valor mensal de 400 reais.

O caso dos moradores da Ocupação Machado de Assis ilustra bem a perversidade desta “onda de remoções”. Ao receberem as ofertas de “alternativas habitacionais” defrontaram-se com a impossibilidade de aquisição de nova moradia adequada na zona portuária. Mesmo considerando as indenizações mais altas, seus moradores não conseguem acessar o mercado imobiliário formal de moradia, já bastante valorizado nesta região da cidade, na qual o valor recebido não seria suficiente para arcar com uma unidade habitacional. Igualmente inviável nessa área é a locação de um com o valor pago às famílias pelo “aluguel social”. Com

⁹ Ver nota 8.

isso temos que as ditas “alternativas habitacionais” não só inviabilizam a permanência dos moradores no entorno de sua antiga moradia, como também impõem a esta população condições ainda mais precárias de moradia e de vida.

Para as pesquisadoras Vaz, Galiza e Silva (2014), o deslocamento forçado desta parte da população pobre urbana por meio de expulsões, despejos judiciais e remoções, apesar de ganhar novas dimensões e visibilidades com o Rio de Janeiro como cidade sede de megaeventos, é parte de uma ação política historicamente permanente, que encontra nas conjunturas específicas de cada período as suas justificativas.

Nesta linha, as autoras propõem, de maneira ensaística, perceber tais ações como parte de uma “cultura de remoção”, destacando “a cotidianidade e a permanência da “solução remoção” no imaginário de autoridades públicas e classes altas e médias” desde o final do século XIX até os dias de hoje” (GALIZA, VAZ, SILVA, 2014, p. 2). A “cultura de remoção” é afirmada como uma permanência histórica, que se fortalece na estigmatização das classes populares e de suas soluções de moradia, assim como, nos interesses dos atores hegemônicos na produção do espaço urbano. Ela é ainda complementada por uma “cultura do sofrimento”, tendo como base a “memória de experiências compartilhadas de grupos com forte enraizamento em vários territórios” (GALIZA, VAZ, SILVA, 2014, p. 17).

As remoções das ocupações da zona portuária e o modo como seus moradores foram expulsos inscrevem-se no horizonte da “cultura de remoção”, devido ao sofrimento vivenciado pela população atingida, forçada a deixar sua moradia em razão de uma política pública que menospreza a organização coletiva dos moradores e as suas profundas relações com o território que habitam.

A ideia de cotidianidade da solução remoção favorece o entendimento do processo e sua contraposição, por meio de resistência e sofrimento. Ela exige resistência das classes populares, que em suas lutas se posicionam politicamente para defender suas soluções de moradia. Assim como imprime no cotidiano desta população o sofrimento da remoção. “Esta permanência no imaginário social vem, portanto, carregada de símbolos, de formas de procedimento que foram internalizadas ao longo da história como um verdadeiro processo cultural, parte de um “cotidiano” marcado por uma violência intrínseca não questionada (intencionalmente ou não)” (GALIZA, VAZ, SILVA, 2014, p. 17).

Note-se que raras foram as ocupações mobilizadas por movimentos sociais que sobreviveram à “onda de remoções” na área portuária, com ações de resistência e de luta social e política que se expressam em diferentes estratégias de luta. Têm em comum ideário da autogestão. A opção de ocupar e permanecer em terrenos públicos e realizar seu projeto de moradia popular por autogestão¹⁰. A forte participação dos moradores na elaboração do projeto arquitetônico e a previsão de atuação direta na obra, com perspectiva de formação profissional e organização coletiva em torno de cooperativas profissionais, demonstram para além do envolvimento nas decisões, a força da pauta da economia popular. É assim que o projeto de autogestão da moradia se configura como um contraponto à prática de remoções. Entende-se que a manutenção dessas ocupações caracteriza uma situação de permanência com forte marca de determinação e perseverança, e que a continuidade desta presença acena para a possibilidade da moradia popular bem localizada, fortalecendo o surgimento de novas ocupações nas suas vizinhanças. São lutas que confrontam a lógica da produção capitalista do espaço urbano.

Como essa permanência se viabilizou? Os antigos moradores das ocupações Mariana Crioula e Quilombo das Guerreiras hoje articulam-se em torno de dois projetos de produção habitacional por meio da autogestão na zona portuária. Estes dois projetos mobilizados pelos movimentos sociais de luta por moradia, assessorados tecnicamente por equipes interdisciplinares, estão inseridos no Programa Minha Casa Minha Vida em sua linha Entidades. Esta linha, diferentemente do restante do programa que visa atender à produção empresarial de moradia, abre a possibilidade de serem propostos projetos coletivos, com gestão de projeto e obra feita pelo grupo dos futuros moradores.

A Ocupação Mariana Crioula propõe seu projeto para o mesmo terreno que ocupa hoje. Sua proposta é a requalificação de dois antigos galpões ali existentes e a construção de uma nova edificação ao fundo do terreno, abrigando as 60 famílias da ocupação. Este terreno pertence à União e está

¹⁰ As informações nas quais a pesquisadora Luciana Ximenes aqui se baseia lhe foram apresentadas por diversos caminhos, dentre eles as pesquisas realizadas pela Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião; diálogos com assessores técnicos dos movimentos sociais de luta por moradia atuantes no Rio de Janeiro; sua participação em espaços de discussão sobre esta temática; e visitas a algumas ocupações.

concedido ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) que articula a Ocupação.

O projeto Quilombo da Gamboa é integrado hoje pelos antigos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, despejada em 2014, juntos a outras famílias que vivem e trabalham na zona portuária. O projeto foi selecionado pela Ação de Apoio à Produção Social de Moradia do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e teve acesso aos imóveis disponibilizados pela União para fins de moradia. Após um primeiro projeto arquitetônico discutido e realizado coletivamente, esta população foi novamente atingida por grandes obras urbanas da região portuária. Os terrenos então previstos para o projeto tiveram que ser alterados, pois seriam impactados pela abertura da nova Via Binário do Porto. Após a readequação à nova composição dos terrenos (alcançada por meio de negociações com gestores públicos), o projeto tem sido encaminhado em vias institucionais de aprovação e financiamento.

Estas duas experiências ainda em curso apontam para a força da autogestão da produção da moradia como contraposição ao formato hegemônico de produção habitacional para as classes populares, demonstrando ser possível uma melhor condição de moradia, em uma área central, sob a mesma conjuntura política e econômica em que vêm se dando as profundas violações do direito à moradia. Ao ocuparem terrenos públicos na zona portuária do Rio de Janeiro e proporem a realização de seus projetos habitacionais neste mesmo espaço, estes grupos reafirmam-se enquanto ações de resistência, especialmente contra a histórica expulsão das classes populares das áreas de interesse do capital. Além disso, fortalecem um quadro positivo de experiências de referência para outros grupos, na longa pauta de luta dos movimentos sociais urbanos pela oferta de prédios públicos e privados que não cumpram sua função social para ações de readequação e posterior oferta de habitação.

Considerações finais – As ocupações em contexto pós-olímpico

As cidades contemporâneas convivem hoje com múltiplas formas de lutas urbanas que nascem das necessidades materiais de sua população mais pobre. A moradia é uma delas. São lutas que confrontam a lógica da produção capitalista do espaço urbano. Neste embate, os projetos políticos de produção de moradia popular em áreas centrais reconfiguram o espaço urbano e estabelecem novos domínios no território; são ações contra-

hegemônicas, que disputam a cidade com seus grandes atores capitalistas.

Conforme se viu, grande parte dos moradores das ocupações da zona portuária carioca foram expulsos de seus espaços, em face do contínuo processo de remoções forçadas das camadas populares das áreas de interesse do capital. Destacou-se o drama social trazido pelas remoções do Porto Maravilha, operação que desprezou a organização coletiva dos moradores na luta pelos seus direitos, e os conflitos sociais decorrentes do modelo urbanístico adotado (SANT'ANNA; GONÇALVES, 2015,394).

Passadas as remoções das ocupações e a recepção dos megaeventos esportivos, a zona portuária carioca vem exibindo um cenário pós-olímpico, marcado por crises de diversas ordens, algumas parcialmente derivadas do projeto Rio Olímpico. O que aconteceu com as ocupações e seus moradores? Seriam justificadas as remoções que ocorreram em nome de um novo projeto urbanístico para a área portuária da cidade, que foi apenas parcialmente implementado?

Um primeiro vislumbre permitiu identificar a situação de permanência na área portuária daquelas raras ocupações, cujas atuações, pautaram-se pela singularidade de suas lutas. Nesta linha é possível associá-las ao conceito político “Producción Social del Hábitat” (Rodríguez (2007), que tem sua origem nos movimentos sociais que lutam pela moradia como uma estratégia de confronto ao liberalismo econômico. Como prática distingue-se do processo mais geral de autoprodução por adicionar “al subuniverso de las prácticas dirigidas de manera consciente – es decirrecionalizadas y organizadas por algún tipo de actor social –, para potencializar las capacidades e potencialidades que se prefiguran em el fenómeno general de autoproducción” (RODRÍGUEZ, 2007, p.10). Trata-se, portanto, de um subsistema da economia popular, que também atua no campo de luta do direito ao trabalho, com fins de formação profissional e não visa o lucro com apropriação do trabalho alheio.

Buscou-se mostrar a presença de ocupações hoje na área portuária, que conseguiram se confrontar à “onda de remoções” forçadas, para vislumbrá-las aqui em seus processos de luta, com possíveis desdobramentos futuros para a viabilidade de moradia popular em área central. Permanecer, apesar das remoções, significou, conforme se viu, manter o processo cotidiano de luta, pelo direito à moradia em espaços centrais da cidade. A permanência continua na área, conseguida por algumas ocupações garantiu-lhes um lugar no cenário pós-olímpico, acenando para a continuidade de suas lutas.

Além da presença dessas ocupações em processo ativo, a conjuntura

pós-olímpica da zona portuária carioca convive com alguns imóveis abandonados, que antes abrigaram ocupações para fins de moradia, removidas no contexto da “onda de remoções”, sob a justificativa da construção de novas torres. Estes novos espaços que seriam produzidos no âmbito do Projeto Porto Maravilha mostram uma proposta estética própria desse tipo de intervenção urbanística, que em muito se distanciava daqueles espaços produzidos pelas classes populares como soluções de moradia diante da luta contra a periferização.

Apesar do afã em torno desta transformação da região portuária, somente uma pequena parte desses empreendimentos saíram do papel. Mesmo assim, vários prédios, que antes abrigavam ocupações, foram esvaziados e seus moradores expulsos. Permanecem vazios até hoje, abandonados, e sem qualquer tipo de uso, sem função social. Incluem-se nesse caso o edifício da Av. Venezuela nº 53, que abrigou ocupação Zumbi dos Palmares e o grande edifício próximo à Rodoviária, na Av. Francisco Bicalho, onde se localizou a ocupação Quilombo das Guerreiras. Esses edifícios vazios e abandonados testemunham tal realidade, dando-lhe maior visibilidade e expõem a pouca sustentação do argumento utilizado durante a remoção, de que ali aconteceria intervenções urbanas de interesse público. A questão que aqui deseja-se destacar pode ser ilustrada com o caso emblemático da Ocupação Quilombo das Guerreiras, removida do terreno para o qual se propunha a edificação das Trump Towers e que até hoje encontra-se desocupado, em extremo contraste com a condição de seus então moradores que, apesar de possuir projeto arquitetônico para a moradia, assessoria técnica capacitada, enquadramento da linha Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida e posse do terreno, articulados em torno do projeto Quilombo da Gamboa, não conseguem fazer valer seu direito à moradia adequada com a conclusão deste processo junto ao poder público.

Na zona portuária pós-olímpica, diante da continuidade do problema da moradia das classes populares, a disponibilidade destes espaços vazios, derivados do reduzido avanço dos projetos anteriormente especulados, parece expressar novas possibilidades de ações de luta dos movimentos sociais por meio de ocupações. É neste contexto que surge em 2016 uma nova ocupação em um antigo prédio do INSS, vazio há mais de 10 anos. Nesta ocupação, diferentes movimentos sociais unem-se em prol da construção de um espaço para as diversas demandas populares, não se identificando restritamente à pauta da luta pela moradia. Esta nova ocupação articulada por movimentos populares na zona portuária aponta para a continuidade

desta arena de luta e agrega novos arranjos e estratégias para tratar dos desafios que estão colocados.

Desde a conjuntura política do país que se impôs com o impeachment da presidente Dilma Rousseff tornaram-se a ainda mais complexos os exercícios de projeções quanto ao destino da zona portuária, e mesmo quanto às novas estratégias a serem adotadas pelos movimentos sociais de luta por moradia. A saída de Dilma Rousseff marca o final de um longo período de governo petista, especialmente marcado pelo “lulismo”, no qual os diferentes setores sociais viam-se de alguma forma representados no governo federal ou tinham canais que permitiam viabilizar demandas (CARDOSO, 2017).

Dentre estas demandas que partiam da pressão popular e alcançavam o desenho de políticas públicas têm destaque a linha Entidades do MCMV. Apesar da pequena fatia dos recursos do MCMV que eram destinados a esta linha, ela era tida como viabilizadora do projeto de permanência das ocupações da zona portuária e, com a ruptura do governo federal, este caminho parece estar se desarticulando. Os abalos nesta política podem ser percebidos com o agravamento dos entraves enfrentados pela Ocupação Manoel Congo, que se encontra em fase final de obra de requalificação de um antigo prédio do INSS no centro do Rio de Janeiro, com dificuldades para acessar os recursos financeiros já destinados para sua conclusão.

O cenário político da gestão Temer traz consigo a ascensão dos princípios neoliberais, com enfraquecimento das políticas sociais voltadas para a garantia dos direitos humanos, afetando especialmente as classes populares que dependem do Estado para acessar serviços básicos. Todo esse ideário neoliberal vem se reforçando como proposta de governo e de gestão e produção do espaço das cidades.

É possível, portanto, supor o agravamento da já profunda desigualdade social no país, vez que no âmbito da luta por moradia pelas classes populares esse cenário aponta para o acirramento do enfrentamento político. Ganha espaço o discurso de criminalização dos movimentos de ocupação de vazios urbanos em detrimento do entendimento desta prática como solução de moradia legítima para aqueles que têm violado este seu direito constitucional, não assistidos pela produção pública de habitação e que não se encaixam nos perfis de consumidores do mercado imobiliário formal.

A criminalização das Ocupações, de seus moradores e dos movimentos sociais que atuam nesta luta ganhou amplo espaço na mídia nacional

diante da recente tragédia no centro de São Paulo. O incêndio e o posterior desabamento de um prédio público ocupado por dezenas de famílias, com algumas vítimas fatais, ocupou manchetes de jornais e tem sido recorrentemente utilizado para reforçar os históricos estigmas que recaem sobre as soluções de moradia das classes populares. Sob o argumento de evitar novas tragédias, gestores públicos têm encaminhado propostas, especialmente por meio de projetos de leis, que criminalizam os moradores de ocupações, seus “incentivadores” e servidores públicos coniventes com a permanência das famílias em prédios ocupados. Apesar do esforço de instituições como Defensoria Pública e Universidades, na repercussão desta tragédia houve pouco espaço para se discutir as origens desta questão habitacional.

Todo esse conjunto de situações fica ainda mais indefinido quando se tem no horizonte um cenário político imprevisível, embora se acene para o fortalecimento de novos rumos político de herança neoliberal.

Por sua vez, a zona portuária carioca parece ter pela frente um caminho bastante distinto daquele que vinha sendo festejado como resultado da Operação Urbana Consorciada que instituiu o Projeto Porto Maravilha. Ao invés de grandes edifícios e intensa fruição de pessoas pela zona portuária, temos um cenário de “obra inacabada”, com diversos serviços funcionando de forma precária. No sentido contrário das metas colocadas pelo Projeto, não se tem em vista novos empreendimentos habitacionais que atraíam novos moradores, ou que atendam aqueles que lá viviam. Esta área da cidade torna-se cada vez mais distante de suas possibilidades, com o aumento dos preços do mercado imobiliário formal, e mais ainda, diante da perspectiva de suspensão dos projetos de produção de moradia popular por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e a criminalização das demais soluções habitacionais.

Inútil, em face deste quadro, buscar legados olímpicos¹¹ herdados desta Operação Urbana Consorciada pelas camadas mais pobres da população.

¹¹ Este termo foi empregado pela gestão pública como forma de apresentar a cartela de intervenções urbanas (especialmente obras de infraestrutura urbana e mobilidade) propostas no âmbito da realização dos grandes eventos esportivos internacionais, buscando validá-las através da indicação dos seus benefícios iriam para além do suporte à realização dos grandes eventos, tendo esta conjuntura como viabilizadora destes projetos necessários à população moradora das cidades.

Na verdade, conforme se viu, a compra dos CEPACs arrematado em um único lote pela Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – ou seja, o dinheiro dos trabalhadores – viabilizou as intervenções urbanas da operação Porto Maravilha, ao adiantar os recursos necessários às obras, em especial, o pagamento da parceria público-privada, sobre a qual teoricamente o projeto está alicerçado. O dinheiro do trabalhador viabilizou o modelo financeiro desenhado para o Porto Maravilha. Entretanto, de forma perversa, o ônus deste tipo de intervenção urbanística recai sobre a população pobre ali antes residente, entre os quais, os sem-teto. Estes experienciaram em sua luta contra as remoções, somente o desamparo social. Ainda assim, como se viu, algumas possibilidades de novas lutas pela moradia ali se configuram.

O atual contexto pós-olímpico oferece aos sem-teto situações de vida e de moradia ainda mais vulneráveis e precarizadas, do que suas condições anteriores como moradores de ocupações, às quais tiveram acesso legítimo por meio de muita luta. Nesse quadro seria possível legitimar a ideia de legados olímpicos? Ou seria mais razoável falar em “anti-legados” olímpicos? O que exatamente coube aos sem-teto e, no geral, à população mais pobre da cidade? Coube-lhes efetivamente o ônus das intervenções urbanísticas voltadas para hospedagem dos megaeventos esportivos. Por sua vez, cabe também indagar, nesta conjuntura pós-olímpica, que grupos estariam vivenciando, incorporando e desfrutando os bônus da eleição da cidade do Rio de Janeiro, como sede dos megaeventos esportivos. A quem coube, de verdade, o legado olímpico e pós-olímpico?

Referências

- CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas
(2017). Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada. In: *Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR – Desenvolvimento, Crise e Resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). São Paulo.
- CLAVAL, Paul.
(2013). Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. Espaço e Economia *Revista brasileira de geografia econômica*, v.3, n.3.
- COSTA, Francis da.
(2016). Episódio 1 – Remoções. In.: *Contagem Regressiva*. Direção: Luis Carlos de Alencar. Produção Executiva: Vladimir Seixas. Realização Justiça Global e Couro de Rato. Brasil.

- GALIZA, Helena; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Laís Pereira da.
(2014). Grandes Eventos, Obras e Remoções na Cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX ao XXI. In: *Anais do International Conference on Mega-Events and the City II*. Rio de Janeiro, IPPUR.
- GRANDI, Matheus da Silveira.
(2010). *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação*: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HARVEY, David.
(2013). *Os Limites do Capital*. São Paulo, Boitempo.
- MARTINS, Ananda de Melo.
(2016). *Entre a utopia do direito à cidade e a resistência urbana*: a luta pelo habitar em Brasília / DF. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília.
- RAMOS, Tatiana Tramontani.
(2018). *Heterotopias urbanas*: Espaços de poder e estratégias socioespaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/916>. Acesso em 10 de julho de 2018.
- RODRÍGUEZ, María C.
(2007). *Producción social del hábitat y políticas en el Área Metropolitana de Buenos Aires*: historia con desencuentros. Relatório de pesquisa apresentado ao Instituto de Investigaciones Gino Germani.
- SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; CANTO, Bárbara; GUTERMAN, Bruna da Cunha; BENEDICTO, Danielle Barros; e PICINATTO, Leonardo.
(2004). Produção de Sentido e Produção de Espaço: convergência discursiva nos grandes projetos urbanos. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.107, p.39-56.
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; PIO, Leopoldo Guilherme.
(2014). Megaeventos esportivos, dinâmica urbana e conflitos sociais: intervenções urbanas e novo desenho para a cidade do Rio de Janeiro. In: *Transformações territoriais no Rio de Janeiro do século XXI*. Rio de Janeiro, Gramma, p.103-121.
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; GONÇALVES, Livia Maria Abdalla
(2015). Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e marketing urbano. *Interseções*, v. 17 n. 2, p. 378-396.
- SILVA, Maria Laís Pereira da; ANDRADE, Luciana da Silva; CANEDO, Juliana.
(2012). As múltiplas faces do Porto do Rio ou onde reside a maravilha: a riqueza socioespacial da moradia popular. In: *Centros urbanos*: transformações e permanências. Rio de Janeiro, Casa 8/ PROURB, v. 1, p. 135-160.
- VALLADARES, Licia do Prado.
(2005). *A invenção da favela* - Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz.
(1994). Habitação e área central. In: *Anais do III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Carlos, Universidade de São Paulo.
- ZANATTA, Ivan; XIMENES, Luciana.
(2016). A regularização urbanística e fundiária de favelas no Rio de Janeiro e suas consequências na segregação socioespacial. In: *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico* - direito urbanístico e conflitos urbanos: a efetividade da ordem jurídico-urbanística na promoção do direito à cidade. São Paulo, IBDU.
- Recebido em**
fevereiro de 2018
- Aprovado em**
setembro de 2018